



**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM SUJEITOS DAEJA
EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE:
MAPEAMENTO E ANÁLISE DE PESQUISAS**

**Francine Gomes da Silva da Costa¹;
Paula Cabral²;
Camila Vigganigo³**

¹ Graduação em Pedagogia, Auxiliar de Sala, EPEJA/UFSC, francine.gs@hotmail.com

² Mestre e Doutoranda em Educação, EPEJA/UFSC, paulica15@hotmail.com

³ Graduação em Pedagogia, EPEJA/UFSC, camila_vigganigo@hotmail.com

EIXO TEMÁTICO: SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DIVERSIDADES

RESUMO

Esse artigo resulta de uma pesquisa que buscou problematizar e compreender elementos atinentes às práticas pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), junto aos sujeitos em privação ou restrição de liberdade, a partir de abordagens das pesquisas na área da educação. A pesquisa é de cunho bibliográfico, com uma abordagem qualitativa e teve como procedimentos metodológicos a análise documental, bem como o levantamento de produções científicas na área. No tocante ao referencial teórico, convém salientar as contribuições de Haddad e Di Pierro (2000) e Arroyo (2005) para refletir sobre a trajetória histórica da EJA. Para refletir sobre a EJA nos espaços de privação e restrição de liberdade foram utilizados os textos de Onofre (2005, 2015), Ireland (2011) e Penna (2011). No intuito de conceituar a noção de práticas pedagógicas e suas articulações com a EJA, nos apoiamos em Laffin (2006, 2011). Foi possível verificar a existência de poucos estudos na área e que as questões referentes à dinâmica de segurança, ao espaço físico, a formação dos profissionais que atuam nesses espaços, materiais, entre outros, demarcam as práticas pedagógicas desenvolvidas com sujeitos restritos/privados de liberdade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Práticas Pedagógicas; Sujeitos da EJA; Espaços de Privação e Restrição de Liberdade.



1 INTRODUÇÃO

Este texto é fruto dos estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em EJA (EPEJA), vinculado a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e um recorte de uma pesquisa para elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em agosto de 2016, como pré-requisito da conclusão do curso de graduação em Pedagogia na referida Universidade. O interesse em pesquisar essa modalidade da Educação Básica surgiu, fundamentalmente, pela sua relevância social, tendo em vista o papel da escolarização em nossa sociedade e a possibilidade de inserção nas práticas sociais que ela pode representar aos sujeitos que buscam a escola em outros tempos de suas vidas.

Tendo em vista a falta de políticas públicas em educação efetivas e, até certo descaso para com a EJA, mostrando uma opção política, pela qual acreditamos que a modalidade possa ter maior visibilidade, decidimos trazer para o debate a compreensão acerca as práticas pedagógicas dos professores da EJA. Especialmente daqueles que trabalham com um público¹, de algum modo ainda mais “marginalizado” em relação aos que não tiveram acesso à escola: os sujeitos privados de liberdade. Portanto, esse estudo objetiva mostrar uma realidade presente e ao mesmo tempo esquecida:

Qualquer pessoa que passe em frente a um presídio fica curiosa em saber como é vida “do lado de lá” das muralhas. Quem são as pessoas que vivem ali? Como é a rotina diária? O que os muros e as grades escondem? São perguntas que “vemos” nos olhares daqueles que passam de carro ou que simplesmente circulam pelas imediações. (LEME, 2002, p. 111).

Diante disso, nosso intuito é o de investigar, a partir de pesquisas na área, as metodologias e práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores nos espaços de privação e restrição de liberdade, levando em conta fatores como: formação inicial e continuada, assim como as condições gerais de trabalho.

As discussões aqui elaboradas tomam por base um levantamento de dissertações e teses feito no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)² e no Banco de Teses e Dissertações do Instituto

² Essa ferramenta de busca/consulta disponibiliza resumos relativos a teses e dissertações de universidades e instituições de ensino superior de todo o país. Cabe salientar que esse banco de pesquisa só dispunha de trabalhos dos anos de 2011 e 2012, por conta de uma atualização feita nessa base de dados.



Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBCT)³, pelo qual realizamos a leitura dos resumos e organizamos os dados encontrados em quadros analíticos que contribuem com o debate proposto.

Algumas questões orientaram esse processo de pesquisa, embora somente algumas sejam tratadas de modo pontual nesse texto, dentre elas: Como se estrutura a EJA no espaço de privação de liberdade? Quais diretrizes e orientações respaldam (regulam) essa área? Quais as políticas educacionais existentes para o sistema carcerário e quais orientações pedagógicas explicitam? Quais orientações para as práticas pedagógicas desenvolvidas junto aos sujeitos privados de liberdade?

2 METODOLOGIA

Na intenção de investigar o que as pesquisas traziam a respeito das práticas pedagógicas da EJA, nos espaços de privação e restrição de liberdade, seguimos procedimentos metodológicos com orientação em Romanowski e Ens (2006, p. 40) que “definem como “estado do conhecimento” os estudos realizados a partir de “apenas um setor das publicações sobre o tema estudado”.

Ainda segundo Viana (2012, apud LOPES, 2014, p. 25), as pesquisas do tipo Estado da Arte ou Estado do Conhecimento apresentam caráter bibliográfico e têm por objetivo mapear/sistematizar as formas e condições da produção de conhecimentos de determinado campo ou área do saber, por meio das produções científicas. Essas pesquisas caracterizam-se como um levantamento bibliográfico, sistemático, analítico e crítico da produção acadêmica sobre determinada temática. Através desse levantamento torna-se possível descobrir, analisar os objetos mais pesquisados e os conhecimentos que já foram elaborados, assim como desvelar as brechas existentes em um determinado tema e apontar para novos enfoques.

Sendo assim, essa pesquisa foi desenvolvida sob os seguintes procedimentos: Levantamento das dissertações e teses através do banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) dos anos de 2011 e 2012. E no banco de teses e dissertações da IBCT

³ Pesquisa feita, em trabalhos dos anos de 2013, 2014 e 2015, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia (IBCT). Essa base integra desde 2002 os sistemas de informação de teses e dissertações existentes em 114 instituições de ensino e pesquisa brasileiras, possibilita que a comunidade brasileira publique suas teses e dissertações produzidas no país e no exterior, dando maior visibilidade a produção científica nacional.



(Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) nos anos de 2013, 2014 e 2015; Leitura dos resumos das dissertações e das teses encontradas nas bases; Apresentação dos dados encontrados através de quadros que mostram de uma forma mais objetiva a coleta dos dados; Leitura dos resumos das publicações disponibilizadas nas bases de dados em questão, com construção de síntese prévia, levando em conta o tema, os objetivos, as problemáticas, as metodologias, a área e os resultados.

A partir da conclusão das etapas acima selecionamos critérios para escolha das teses e dissertações que receberiam análise mais aprofundada pela relação com o objeto de estudo. Do conjunto de trabalhos escolhidos foram expostas análises realizadas e, de modo paralelo a esses processos, reflexões com base nos referenciais teóricos e com aspectos legais⁴ da modalidade EJA nos espaços de privação e restrição de liberdade.

A seguir, estão organizadas informações a respeito de como foram procedidos os levantamentos, a definição de termos e bases de buscas, assim como as pesquisas situadas no campo da educação que encontramos.

2.1 Apresentação geral das pesquisas

Os descritores utilizados como base nos bancos mencionados foram: 1. educação + prisional; 2. educação + espaço de privação de liberdade; 3. educação + prisão; 4. educação + cárcere. Com base nisso, encontram-se sistematizados abaixo os trabalhos encontrados em cada um dos bancos.

Tabela I: Identificação por ano de publicação da pesquisa.

ANO	TIPO DE TRABALHO	QUANTIDADE
2011 (CAPES)	30 Dissertações	32
	2 Teses	
2012 (CAPES)	23 Dissertações	26

⁴A seguir estão as legislações que foram tomadas como base para essa pesquisa, embora não seja o foco nesse artigo proceder análise das mesmas, julgamos pertinente elencá-las: A Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210 de 1984 que dispõe sobre o cumprimento de sentença do condenado ou internado. A Resolução nº 03 de 2009 que trata das Diretrizes Nacionais para a oferta da educação nos estabelecimentos penais. A Resolução nº 02 de 2010 sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. O Decreto 7.626 de 2011 que tem por finalidade instituir o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional - PEESP para ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Lei nº 13.005 de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE com vigência entre 2014-2024.



	3 Teses	
2013 (IBCT)	11 Dissertações	15
	4 Teses	
2014 (IBCT)	18 Dissertações	23
	5 Teses	
2015 (IBCT)	3 Dissertações	6
	3 Teses	
TOTAL		102

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

É possível relacionar a maior quantidade de pesquisas nessa área nos dois primeiros anos desse levantamento com reflexos da legislação publicada no campo educacional, em relação ao tema nesse período. Convém destacar, a Resolução nº 03 de 11 de março de 2009, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação nos Estabelecimentos Penais. No tocante às ações pedagógicas, esse documento traz em seu Art. 10º que o planejamento das ações de educação nas prisões contemple além das atividades de educação formal, propostas de educação não formal e formação profissional, bem como a inclusão da modalidade de educação à distância. A Resolução nº 2 de 2010, quando se refere às ações pedagógicas, assim como na Resolução nº 3, reforça o Decreto 7.626/2011, que tem por finalidade instituir o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional - PEESP, com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais.

A partir dos dados coletados, também ficou evidente que na região Sudeste se concentra o maior número de pesquisas desenvolvidas (41) e que a maior parte das instituições, as quais estão vinculadas pesquisas sobre essa temática, são universidades do sistema público de educação. Em seguida, temos a região Nordeste (24), depois a região Sul (18), a região Centro-Oeste (16) e, por último, a região Norte com o menor número de trabalhos desenvolvidos, somente 03 (três).

Foi possível constatar que as regiões com o maior número de pesquisas, Sudeste e Nordeste, são também as que as maiores populações carcerárias⁵. A região Sudeste possui um expressivo número de 337.808 pessoas presas e a região Nordeste 103.746. Na sequência organizamos a distribuição da população carcerária por região do Brasil

⁵É importante destacar que segundo o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF/2014, a população prisional no país hoje é de 563.526, sem contar o número de pessoas em cumprimento de prisão domiciliar (147.937). De acordo com pesquisas mais recentes, um levantamento feito com base em dados fornecidos pelos governos dos 26 estados e do Distrito Federal referente a maio de 2015, o Brasil já conta com o número de 615.933 presos.



estabelecendo relações com as pessoas do sistema prisional envolvidas com algum tipo de atividade educacional:

Tabela II: Número de pessoas por região, percentual de presos por regiões e presos em atividades educacionais.

REGIÃO	Nº DE PESSOAS POR REGIÃO	% DE PRESOS	PESSOAS EM ATIVIDADES EDUCACIONAIS
Sudeste	85.115.623	54,844%	8.444
Nordeste	56.136.190	16,843%	14.391
Sul	29.016.114	12,660%	7.895
Norte	17.231.027	7,0600%	3.478
Centro – Oeste	15.319.608	8,2614%	4.623

Fonte: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - 2014/2015.

Com isso percebemos que o número de pesquisas desenvolvidas na área se compatibiliza com o tamanho da população carcerária de cada região. Um dado muito importante desta tabela é o número de presos envolvidos em atividades educacionais, pode-se observar que é um número pequeno de pessoas que têm acesso a educação nos espaços de privação e restrição de liberdade.

Na sequência exporemos algumas análises feitas, em relação às pesquisas que tratam de forma mais direta das práticas pedagógicas nos espaços de privação e restrição de liberdade.

Para refletir sobre as especificidades da oferta de EJA nos espaços de privação de liberdade se faz importante analisarmos o que os dados mais recentes na área revelam sobre a oferta da EJA nesses espaços.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o INFOPEN de junho de 2014, apenas 38.831 pessoas (10,7% do total da população carcerária) estão envolvidas em atividades educacionais, ou seja, em média uma em cada dez pessoas privadas de liberdade realiza alguma atividade educacional no país.

Esses números se contradizem ao estabelecido pela Lei de Execução Penal (LEP/1984), pois consta como dever do Estado fornecer à pessoa privada de liberdade assistência educacional, com o objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. A lei prevê que assistência educacional compreenderá a



instrução escolar e a formação profissional da pessoa privada de liberdade, devendo tanto a oferta de Ensino Fundamental, como do Médio, obrigatória.

Portanto, refletir sobre as especificidades pedagógicas nesses espaços requer tomar como ponto o contexto de negação de direitos enfrentado por estudantes e professores. Além disso, nos processos de escolarização destinados a essas pessoas é importante enfatizar que outro grande desafio ao educador em trabalhar com qualidade, pois se vê no sistema prisional diante de muitos desafios e aspectos impostos ao seu cotidiano como profissional.

Para Onofre (2005, p. 244), a proposta educacional dessas escolas toma “princípios da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos, identificados mediante as concepções sobre o homem, visão de mundo, educação e a produção de conhecimento”. Segundo a autora, diante de tais princípios, há ênfase em uma educação que considere a vocação ontológica do homem (vocação de ser sujeito), assim como as condições nas quais vivem (contexto).

Nessa perspectiva, toda ação educativa deve promover o indivíduo, de modo que este venha encontrar possibilidades de transformar o mundo no qual está inserido, desconstruindo a lógica que busca fazer dos sujeitos da EJA, em especial das pessoas privadas de liberdade, um mero instrumento de ajuste à sociedade.

A respeito da educação nos espaços de privação e restrição de liberdade, Onofre (2015) sugere:

Uma EJA pautada nos ideais de educação popular e que tenha o homem e a vida como centros do processo educativo, em que o aprender a ler, a escrever e interpretar perpassem esse movimento de (re)construção da cidadania e da dignidade humana. (ONOFRE, 2015, p. 252).

Ireland (2011, p. 30) sinaliza que embora a educação de qualidade para todos ainda não seja uma realidade para muitos sistemas de educação regular, “é muito menos, quando se trata da Educação de Jovens e Adultos oferecida nas prisões”. Então no campo da educação prisional os desafios impostos pelo sistema seriam tão grandes, ou maiores, em relação aos desafios que muitos educadores encontram no sistema regular de educação.



3 RESULTADOS

A partir dos trabalhos mapeados na área dos últimos cinco anos buscamos identificar quais desses resumos abordavam problemáticas que se aproximavam da aqui proposta. Com base nisso, selecionamos do total de sessenta e oito, sete trabalhos com base na leitura dos resumos, todos da área da educação⁶. Cabe salientar a dificuldade em encontrar trabalhos cuja problemática tratasse de modo mais específico das práticas pedagógicas. Embora a maior parte das pesquisas esteja situada na área da educação, seguem linhas bastante diversificadas.

Para melhor entendimento dos objetivos de cada pesquisa realizamos uma síntese do resumo de cada uma das sete pesquisas selecionadas. A seguir, o quadro foi elaborado com base nos resumos das pesquisas elementos que possibilitam identificar o que caracteriza tais investigações com base em: objetivos, metodologia, foco investigativo (problema de pesquisa).

Quadro I: Resumos dos Trabalhos para análise com autor e ano.

AUTOR E ANO	RESUMOS DOS TRABALHOS PARA ANÁLISE IDENTIFICADOS:
NAKAYAMA (2011)	A autora explica que pesquisa tem como objetivos apresentar estudos teóricos e documentais de aprofundamento dos conceitos de formação de professores, práticas pedagógicas e educação escolar de jovens e adultos em espaços de privação de liberdade e quais são as necessidades de formação continuada específicas dos docentes que trabalham na Escola Supletiva da Penitenciária de Florianópolis. Para tal pesquisa utilizou-se a modalidade qualitativa de caráter exploratório, mediante a análise documental e bibliográfico e a realização de entrevistas semi estruturadas com os docentes que atuam na Escola em questão. A pesquisa tem como foco investigativo as necessidades de formação continuada.
MENDES (2011)	Segundo o autor o trabalho tem como objeto de pesquisa analisar as propostas educacionais desenvolvidas na colônia penal feminina do Recife e no Presídio Professor Aníbal Bruno. Essa é uma pesquisa de base qualitativa e além de ter sido usada fonte documental para obtenção dos resultados, o autor também realizou entrevistas e aplicação de questionários. O foco investigativo são propostas educacionais.
OLIVEIRA (2012)	Essa pesquisa tem como objetivo a intenção de responder duas indagações principais: como ocorre no mundo institucional/ normativo e na vida cotidiana a educação escolar nas prisões? E o que os presos, destinatários das políticas de educação escolar nas prisões, tem a dizer criticamente sobre as suas contradições, limites e possibilidades? A pesquisa promove uma reflexão crítica acerca da educação escolar. Essa é uma pesquisa de cunho qualitativo e utilizou-se de documentação nacional e internacional relacionada ao tema. A pesquisa teve como foco investigativo a educação escolar nas prisões.

⁶Foram encontradas das seguintes áreas de conhecimento, dentre elas: Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências da Saúde, Multidisciplinar e Linguística, Letras e Artes e Engenharias.



MENOTTI (2013)	Este trabalho tem como objetivo identificar e compreender como os educadores em situação de privação de liberdade, que atuam no sistema prisional paulista significam sua experiência docente. Essa é uma pesquisa de natureza qualitativa e utilizou como recurso metodológico para a coleta de dados, o convívio, a observação do espaço escolar, as conversas e as entrevistas. Essa pesquisa tem como foco investigativo analisar o papel da escola e da educação na visão dos educadores, o sentido da docência entre as grades e o bem-estar docente na prisão.
CARVALHO (2014)	Segundo o autor esta tese tem como objetivo o estudo das experiências de presos monitores/ educadores na educação de adultos presos do sistema penitenciário paulista. O campo de pesquisa foram seis unidades prisionais. A pesquisa ancorou-se na abordagem de tipo qualitativa, pautada nos procedimentos da história oral temática em uma visão interdisciplinar. Para atingir os objetivos da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, análise de documentos escritos e entrevistas com os presos educadores e gestores.
CÉSAR (2014)	Esta pesquisa tem como problema norteador a necessidade de verificar a contribuição efetiva da proposta educacional e a prática pedagógicas desenvolvidas pelos docentes que atuam na Funase/PE, tendo como parâmetro a formação cidadã de jovens adolescentes infratores, uma vez que esta se realiza de forma integral na vida do indivíduo e não se restringe à formação instrucional ou profissionalizante. Para análise deste estudo foi utilizada a produção de teóricos que estudam os temas: prisão, infância, adolescência, juventude, educação na prisão e projeto pedagógico. Também serviu para análise dos documentos relacionados à legislação e às políticas públicas voltadas para o tema estudado e foram realizadas entrevistas com sócio educandos e professores da instituição em questão. O foco investigativo que norteou a pesquisa foi à necessidade de verificar a contribuição efetiva da proposta educacional e a prática pedagógica desenvolvida pelos docentes.
CAMPOS (2014)	A pesquisa como proposta metodológica fez uso da cartografia, utilizando-se de narrativas de alunos de um Núcleo na Cidade de Porto Alegre/ RS. Esses alunos tem idade superior aos 15 anos e que experimentaram o abandono da escola regular ou jamais a frequentaram, também tem aqueles que pressionados pelas exigências de determinados postos de trabalho ou em busca da aceleração da escolaridade perdida em razão das várias motivações à evasão. A partir dessas narrativas o objetivo era entender as minúcias e sutilezas que põem jovens e adultos em redes de si e de coletivos quando buscam por si mesmos, a escola.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Nesse quadro podemos observar que as pesquisas apresentam como principais focos investigativos a necessidade de formação continuada, as propostas educacionais, a educação escolar nas prisões, analisar o papel da escola e da educação na visão dos educadores, o sentido da docência entre as grades e o bem-estar docente na prisão e as experiências de presos monitores/ educadores na educação de adultos presos.

Ao analisar os resumos foi possível classificá-los em quatros eixos: 1. O trabalho docente entre as grades e formação continuada; 2. Planejamento e proposta educacional; 3. Educação escolar entre as grades; 4. percepção dos sujeitos. Cada um dois eixos de análise apresentam, do ponto de vista da pesquisa, aspectos explorados a seguir.

1. O trabalho docente entre as grades e formação continuada:



a. Aborda a necessidade em relação à formação dos docentes, que estão relacionadas especificamente às particularidades do trabalho docente nesses espaços: metodologias, avaliações e fundamentos da Educação de Jovens e Adultos. (NAKAYAMA, 2011).

b. Aborda que a docência realizada por profissionais (formados em outras áreas) que se encontra em privação e restrição de liberdade marcam suas vidas em relação a aspectos como: construção da identidade de professores, a aquisição de novos saberes, nova concepção e posturas. (MENOTTI, 2013).

2. Planejamento e proposta educacional:

a. Aborda a necessidade em relação ao trabalho pedagógico e para que se concretize de forma séria, é necessária uma harmonia entre aspectos como: espaço físico, segurança, questões como superlotação e assistência básica ao aprisionado. Esses fatores não permitem o desenvolvimento dos projetos pedagógicos. (MENDES, 2011).

b. Aborda que o trabalho desenvolvido na FUNAP (Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel) valoriza os sujeitos e a construção de saberes e práticas nos espaços educativos dentro da prisão. (CARVALHO, 2014).

c. Aborda a fragilidade das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes que atuam na FUNASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo) e que em decorrência, das características de acessibilidade, adaptabilidade e aceitabilidade da instituição não contribuem para a formação cidadã dos adolescentes e jovens infratores nela acolhidos. (CÉSAR, 2014).

3. Educação escolar entre as grades:

a. Salaria que a educação escolar nas prisões no Brasil atinge um número pequeno e encontra fragilidades em relação às políticas de educação. destaca que apesar das fragilidades a educação se efetiva, com companheirismo e compromisso por parte dos educadores, agentes penitenciários e técnicos. (OLIVEIRA, 2012).

b. Aborda a educação na prisão como uma EJA específica com as singularidades do espaço prisional e dos sujeitos educandos e educadores. (CARVALHO, 2014).

4. Percepção dos sujeitos:

a. Observa que quando a busca por esse espaço parte dos alunos compreende-se que as articulações produzidas no encontro educativo fazem emergir ações de si e do entorno, ressignificando o passado e o presente. Com isso há uma multiplicidade e a



possibilidade de novas conexões ao ensinar e aprender e que isso irá refletir de forma positiva dando visibilidade ao trabalho educativo. (CAMPOS, 2014).

Após este levantamento, com a intenção de refletir sobre a problemática de pesquisa, constatamos que a maior parte dos estudos não trata diretamente das práticas pedagógicas da EJA nos espaços de privação e restrição de liberdade, mas em alguns o tema é trazido junto ao tema central, em outros a discussão da prática pedagógica se detém a analisar apenas o que se realiza em determinada instituição. Entretanto, foi possível evidenciar através deles, mesmo indiretamente, que o tema é importante para a área de atuação dos profissionais que estão nesses espaços. Por isso, é ainda mais importante que sejam realizadas pesquisas na área, tendo foco de investigação as práticas pedagógicas.

Nas análises identificamos que as práticas pedagógicas desenvolvidas nos espaços de privação e restrição de liberdade, perpassam aspectos do fazer docente comum às instituições de ensino regular, assim como as diferenças em relação aos aspectos como espaço físico, profissionais e materiais.

Diante desses questionamentos, a autora ajuda na reflexão quando afirma que a educação em espaços de privação e restrição de liberdade “trata-se de uma educação voltada para um público heterogêneo, advindo de processos de exclusão” (ONOFRE 2015, p. 244). Não são pessoas que deixaram seus estudos por falta de interesse, mas porque em suas condições reais de sobrevivência precisaram assumir outras responsabilidades, para além da escolarização, como o trabalho precoce. São sujeitos que vivem às margens da sociedade, como aponta Arroyo (2005):

[...] milhares desses jovens-adultos passaram e passam como coletivos por vivências de opressão, exclusão e rejeição, de sobrevivência e reprovação social e escolar, vivências humanas que tocam nas grandes interrogações do conhecimento. Mas também porque esses jovens e adultos levam para a EJA experiências de escolhas no limite, escolhas de liberdade frente à droga, à violência e de opção pela dignidade, os valores, a ação cultural e até a liderança em movimentos de luta pelo teto, pela cultura, pela terra e pela identidade. (ARROYO, 2005, p. 39).

Por isso a EJA não pode ser vista apenas como a modalidade da Educação Básica. Ela tem junto com os sujeitos que a demandam, uma história, isso significa que esse direito à educação não pode se configurar uma política de continuidade da escolarização, pois assim jovens e adultos continuam a ser vistos na ótica das carências escolares como aqueles que “não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao



ensino fundamental, ou dele foram excluídos ou dele se evadiram; logo, precisam de uma segunda oportunidade”. (ARROYO, 2005, p. 23).

Nesse entendimento, a EJA precisa se legitimar como um campo da educação específico e com suas especificidades. A esse respeito, Haddad e Di Pierro (2000) destacam a “existência ainda hoje de um preconceito sobre esse campo de trabalho, considerado como campo de segunda linha” Tal estigma estaria entre todos os profissionais e estudantes da modalidade. Segundo Haddad e Di Pierro (2000) este é um desafio ser enfrentado em qualquer proposta em EJA mediante o reconhecimento do direito à especificidade que a modalidade de ensino tem.

Por isso a necessidade de reconhecimento da EJA como um direito público subjetivo, ou seja, ela deve ser ofertada a todos, em qualquer tempo e espaço, basta que sujeito busque acessar esse direito que deve ser assegurado pelo Estado.

A EJA necessita ser assumida como um “campo radical do repensar e do fazer pedagógico” (ARROYO, 2005, p. 36). Isso será possível também através dos profissionais que nele estão inseridos, estes precisam conhecer os sujeitos da EJA com os quais trabalham, considerando os motivos pelos quais estão ali, o que os levou a voltar aos estudos, pois para ele:

Quando coletivos de adultos-professores se abrem a essa rica e tensa realidade dos educandos e a levam a sério, novos conteúdos, métodos, tempos, relações humanas e pedagógicas se instalam. Por aí a EJA instiga os saberes escolares, as disciplinas e os currículos. Essa é a história mais rica da EJA. (ARROYO, 2005, p. 40).

Através desse conhecimento, desse interesse sobre as trajetórias de cada sujeito da EJA é que se torna possível a consolidação de um fazer pedagógico articulado à realidade de cada estudante, de suas vivências, daquilo que buscam na EJA. Por isso, pensar as práticas pedagógicas na EJA requer o reconhecimento dos estudantes como portadores de indagações sobre a vida, a natureza, sobre o mundo.

Os resumos das sete pesquisas selecionadas evidenciam que, como as escolas da Educação Básica em outros contextos, as escolas no sistema prisional apresentam problemas em relação a espaço físico, material didático, profissionais capacitados com formação inicial/continuada, elementos importantes e significativos para que de fato os projetos pedagógicos sejam realizados pelos professores de forma digna, prazerosa e profissional.



As pesquisas também denunciam a falta acesso à educação nesses espaços. Então pressupomos que os problemas enfrentados nesses contextos, como aqueles vinculados à segurança, superlotação, espaço físico, assistência básica aos internos, também fazem parte das especificidades das práticas pedagógicas desenvolvidas.

Cabe retomar Laffin (2011) quando ela sinaliza que:

A constituição dos processos de escolarização respeitando e articulando o processo pedagógico às particularidades dos sujeitos jovens, adultos e idosos da EJA. Essas particularidades remetem a uma necessidade de flexibilização tanto curricular, como de organização, acesso, permanência e validação dos tempos escolares. (LAFFIN, 2011, p. 262).

Porquanto, segundo a autora, os principais âmbitos de atuação do professor situam-se em três dimensões: o contexto social, aspectos escolares e de socialização profissional. Ambas refletirão no planejamento do professor e no desenvolvimento de suas ações pedagógicas.

Uma vez que, essas dimensões fazem parte do desenvolvimento do planejamento das práticas pedagógicas, a ação do docente é de ser “mediador nesses diferentes ritmos de aprendizagem, o que os leva a organizarem diferentes modos de lidar com a diversidade ao organizarem as atividades de ensino”. (LAFFIN, 2011, p. 260).

Convém destacar que com base nas análises, de modo mais geral nas pesquisas, fica em evidência que os aspectos mencionados referentes às práticas pedagógicas nos documentos legais analisados ainda não têm sido assegurados na oferta de EJA nas prisões. Por exemplo, o art. 5º da Resolução nº 02/2010 propõem: novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos, a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como programas educativos na modalidade Educação a Distância (EAD). Entretanto, nos resultados das pesquisas selecionadas esses elementos geralmente são deficitários nessas escolas.

Com isso fica claro que, as pesquisas produzidas sobre práticas pedagógicas nos espaços de privação e restrição de liberdade precisam avançar para dar conta de promover reflexões que amparem estudos e, principalmente, a formação de professores nessa área.

Portanto, precisam se ampliar estudos e reflexões a respeito das práticas pedagógicas da modalidade nos espaços de privação e restrição de liberdade, só a partir disso os sujeitos da EJA poderão acessar a educação, enquanto direito, e ter



reconhecimento (ao menos do ponto de vista educativo) em relação às suas especificidades. Nesse sentido, concordamos com Penna (2011, p.140) que afirma ser a escola na prisão, possivelmente, o local em que os sujeitos privados de liberdade preferem estar, ou “o melhor lugar para se permanecer preso”.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leônicio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. **Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional**. Brasília, 24 de novembro de 2011.

_____. LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. **Texto compilado Institui a Lei de Execução Penal Brasília**, 11 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

_____. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Plano Nacional de Educação – PNE com vigência entre 2014-2024.

_____. Resolução nº 03, de 11 de março de 2009. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais**. Publicada no DOU de 25 de março de 2009 – Seção 1 – pp. 22-23.

_____. Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de maio de 2010, Seção 1, p. 20.

HADDAD, Sérgio. DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista brasileira de educação. Mai/Jun/Jul/Ago. 2000. Nº 14.

IRELAND, D. Timothy. **Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios**. Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39, nov. 2011.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **A constituição da docência entre professores de escolarização inicial de jovens e adultos**. 2006. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina.



LEME, José Antônio Gonçalves. **“A cela de aula: tirando a pena com letras Uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios”**. ONOFRE (org.) *Educação Escolas entre as grades*. 1ª edição. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

LOPES, Andréa Isensee. **O estado do conhecimento das pesquisas sobre o programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (proeja) produzidas no estado de Santa Catarina/** Andréa Isensee Lopes; orientadora: Profª. Drª. MariaHermínia Lage Fernandes Laffin. – Florianópolis, SC, 2014.

_____. **Educação de jovens e adultos na diversidade** – Florianópolis : Núcleo de Publicações do CED : UFSC, 2010. Livro 2 : il. Grafs., Tabs.,

ONOFRE, E. M. C. **Educação escolar na prisão. Para além das grades: a essência da escola e a possibilidade de resgate da identidade do homem aprisionado**. 2002. 187p. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Araraquara, 2005. 156

_____. **Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade**. Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas e Programa de Pós-Graduação em Educação Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio-ago, 2015.

PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. **Relações sociais e espaço escolar na prisão: limites e possibilidades da ação educativa no interior de uma penitenciária**. p. 131 – 146, 2011.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As Pesquisas Denominadas do Tipo “ESTADO DA ARTE” em Educação**. Disponível em <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em 23 de abril de 2016.